

EM NOME DA “PARTICIPAÇÃO POPULAR”: CONSTITUIÇÃO DE UMA “CAUSA LEGÍTIMA” E DISPUTAS POR SUA DEFINIÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

*Eliana Tavares dos Reis**

RESUMO

O presente artigo se centra no processo de construção da idéia de “participação popular” na “gestão pública” do Rio Grande do Sul como uma “causa legítima”. O foco são as lutas travadas em torno das definições, dos modelos de efetivação e dos “projetos” concorrentes no estado, como o “Orçamento Participativo” e a “Governança Solidária”. Para tanto, são analisados os repertórios de mobilização, os espaços privilegiados de inserção e os perfis individuais e coletivos de agentes que inauguraram sua atuação política nos movimentos de contestação ao regime militar. Em primeiro lugar, evidenciou-se a existência de compatibilidades entre os recursos de origem dos militantes, os trunfos e troféus que acumularam ao longo dos seus itinerários, as identificações que estabeleceram no momento inaugural de atuação e a tradução desses capitais em posições sociais e políticas ocupadas. Em segundo lugar, detectou-se que tais propriedades também redundam em tomadas de posição assumidas sobre sentidos e objetos compartilhados/disputados. E finalmente, o conjunto de aspectos examinados suscitou pistas sobre dinâmicas de reconfiguração de modalidades de intervenção política no estado.

Palavras-chave: Engajamento militante. Participação popular. Intervenção política. Redemocratização

1 INTRODUÇÃO

No artigo que segue é examinada a dinâmica de constituição da idéia de “participação popular” como “causa” legítima no Rio Grande do Sul/Brasil, à luz das condições históricas e sociais de atuação de militantes que inauguraram sua inserção política nos movimentos de contestação ao regime militar. Para tanto, são demonstrados os mecanismos de redefinição dos repertórios de mobilização, dos trânsitos em determinados espaços e dos perfis de agentes que conquistaram o reconhecimento como porta-vozes de “projetos” ou “modelos de sociedade” no estado¹.

* Doutora em Ciência Política pela UFRGS, é professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. E-mail: eliana1reis@terra.com.br.

A reflexão é derivada dos resultados obtidos em duas pesquisas mais amplas. Em uma (REIS, 2007) fora focalizada a gama de recursos, registros e lógicas que compunha as estratégias de afirmação simultaneamente política e intelectual de protagonistas da “resistência à ditadura”, bem como sua tradução em posições conquistadas (sociais, políticas e profissionais), tomadas de posição, modalidades de intervenção privilegiadas e sentidos compartilhados. Mediante o tratamento de materiais empíricos², indicadores e dimensões de análise diversos foi evidenciado um duplo processo de inovação dos trunfos utilizados e de persistência da disposição para a intervenção na “realidade” a partir de diferentes meios sociais. Essa pesquisa já fora o desdobramento de um estudo anterior (REIS, 2001) centrado no movimento de entrada de “jovens militantes” para a política institucional, via Movimento Democrático Brasileiro (MDB), durante os anos 1970. Dentre outros aspectos, naquele momento foram explorados os temas e posicionamentos assumidos pela “juventude de esquerda” do MDB gaúcho a partir da segunda metade da mesma década. Tendo sido assim detectado o deslocamento da ação coadjuvante dos militantes para uma inserção efetiva nos processos eletivos e, conseqüentemente, influenciando na reconfiguração do cenário político-partidário.

A discussão ora proposta é, então, fruto das pistas suscitadas nesses trabalhos, a partir dos quais se observou a relevância da idéia de “participação popular” para a explicitação de princípios subjacentes aos movimentos de aproximação e distanciamento entre indivíduos que estiveram submetidos aos mesmos eventos singulares e seguiram trajetórias individuais e coletivas heterogêneas, porém interdependentes. Assim, somente foi possível entender essa dinâmica levando em conta o conjunto de posições e posicionamentos de aliados e concorrentes e seus efeitos nas escolhas e seus resultados, nas identificações e autodefinições, nos trunfos acumulados e no valor dos troféus alcançados³.

As considerações que seguem acerca da problemática, campo empírico e indicadores de pesquisa dizem respeito, pois, a esse universo mais abrangente. Para a exposição dos principais níveis da análise de forma articulada optou-se nesse artigo pela apresentação de dois itinerários exemplares, o de Ubiratan de Souza e o de César Busatto. Uma vez que os mesmos são representativos da população investigada, ou seja, retratam os fatores estruturantes das clivagens sociais, políticas e ideológicas mais gerais observadas. Além disso, ambos são reconhecidos como porta-vozes da “participação popular”. O primeiro foi secretário da prefeitura de Porto Alegre e do governo do estado nas “pastas” voltadas para a implementação e articulação do Orçamento Participativo (“experiência” de consulta popular implementada em Porto Alegre e no estado do Rio Grande

do Sul). Sem deixar de mencionar que produziu textos que circularam entre militantes e em jornais locais e internacionais que sistematizaram os “princípios” que balizaram a “experiência do OP” em Porto Alegre e depois no governo do estado. Na mesma linha, publicou um livro, em co-autoria com Tarso Genro, intitulado “Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre”. E o segundo caso, César Busatto, ocupou a Secretaria de Governança Local (“instância” da prefeitura de Porto Alegre encarregada de articular uma rede que seria capaz de congrega participação, desenvolvimento e solidariedade e substituir o mecanismo do Orçamento Participativo), a partir de 2004, com a vitória do PPS para a prefeitura da capital do estado (o que colocou fim aos dezesseis anos de gestão petista na capital), escreveu o livro “Democracia, Prosperidade e Responsabilidade Social” e uma série de artigos em jornais na qual busca afirmar uma idéia de “governança solidária”, “cogestão”, de inspiração cristã e com uma definição mais “tecnicizada” (em contraposição à versão mais “politizada” da “experiência”).

Sendo assim, o artigo se divide em três momentos. Na primeira seção são apresentadas as principais noções que orientaram a pesquisa e os condicionantes sociais e históricos em pauta. Na segunda seção é descrita a dinâmica de afirmação da “participação popular” como elemento articulado nos discursos de uma nova geração de políticos. Finalmente, na terceira seção são cotejados os dois perfis dos porta-vozes e as concepções de “participação popular” em disputa.

2 MILITÂNCIAS E COMPETÊNCIAS: registros cruzados

A análise dos processos de reconfiguração das modalidades de intervenção política permitiu captar padrões referentes aos movimentos de afirmação de práticas e de sentidos conduzidos por militantes com determinados perfis sociais e interessados em fazer valer seus trunfos distintivos. Ao mesmo tempo em que os agentes lutaram para estabelecer a legitimidade de “novos” recursos, repertórios e modalidades de atuação, também fixaram critérios de hierarquização, segundo a detenção, acumulação e ativação dos mesmos em diferentes domínios de inserção.

Nesse artigo, a reflexão se detém num perfil de militantes que poderia, dentro do vocabulário em voga, ser chamado de *expert*, caso se tomasse como critério determinante de afirmação e de atuação a competência técnica dos mesmos. Há uma série de trabalhos sobre militanismos e engajamentos que vem remarcando os efeitos nas práticas militantes da crescente tecnicização das competências e do aumento das exigências por titulações escolares como garantia das capacidades de intervenção. Dessa forma, as pesquisas que se amparam

nas transformações dos critérios de hierarquização militante têm sublinhado a superação daquelas condições em que as fontes primordiais de *militantismos* eram as adesões partidárias e sindicais que, por sua vez, possibilitavam aos agentes a detenção de capitais ou de retribuições que iam além da gratificação em compartilhar de crenças ideológicas (GAXIE, 1977, 2005). A oportunidade de adquirir uma formação escolar e/ou ideológica – através de cursos oferecidos e dos saberes transmitidos pelas organizações – constituía-se como principal *móbil* da dedicação militante. Ao passo que, atualmente, haveria a primazia de “[...] uma legitimidade fundada na perícia” (MATONTI; POUPEAU, 2006, p.131) com menor urgência de investimentos a longo prazo e maior exigência de qualificações prévias e disposição para empreendimentos militantes mais “pragmáticos”.

Entretanto, com o exame do conjunto de indicadores e dos itinerários seguidos (numa perspectiva processual e relacional) pôde-se atentar para a fragilidade de uma classificação desse tipo. Uma das singularidades evidenciadas nos casos aqui investigados, quando confrontados com análises de universos empíricos análogos em outras situações históricas, é a de que o peso do que seria um potencial de *expertise* é imprescindível, mas não se sobrepõe às demais habilidades e às relações interpessoais. Pelo contrário, dessas últimas depende o reconhecimento da detenção da chamada competência técnica, condicionando o próprio uso do título escolar e, assim, exigindo que a destreza em assuntos especializados seja acompanhada do pertencimento às redes de relações construídas, administradas e expandidas ao longo do tempo.

Tal constatação se coaduna com a problemática mais geral que orienta a presente discussão. Para sua formulação partiu-se da idéia de que nas *dinâmicas órfãs*⁴ não há fronteiras objetivadas entre as esferas sociais e que, por esse motivo, os domínios sociais não contam com lógicas e regras próprias de consagração e disputa, como ocorreu para os países que passaram por um longo processo de descolamento dos campos sociais. Antes disso, há uma significativa fluidez do espaço social e preponderância de uma multiplicidade de dimensões em constante articulação e rearticulação nas ações e representações dos agentes. Essas condições incidem na plasticidade do espaço social ao mesmo tempo em que resultam na possibilidade de armazenamento e ativação de (re)conhecimentos de diferentes espécies em diversos domínios sociais pelos mesmos investidores.

Nesse caso, o *capital de relações sociais* (BOURDIEU, 1980) passa a ser constituído a partir dos pertencimentos a agrupamentos mais ou menos institucionalizados e se soma às *teias de relações pessoais* (LANDÉ, 1977) que, a um só golpe, se impõem como condição de aquisição e de certificação

tanto de conhecimentos como dos reconhecimentos da autoridade ou das competências legítimas dos agentes.

Feita essa ressalva, pode-se utilizar a noção de *capital militante* para informar o conjunto de recursos fundados nos aprendizados, nas competências e nas práticas (ou *métier*) militantes (MATONTI; POUPEAU, 2006). Diferentemente do *capital político* que “é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* [...] nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem” (BOURDIEU, 1989, p.188, grifos no original), o *capital militante* é aquele:

[...] incorporado sob a forma de técnicas, de disposições a agir, intervir, ou simplesmente obedecer, ele abrange um conjunto de saberes e de *savoir-faires* mobilizáveis no momento das ações coletivas, das lutas inter ou intra-partidárias, mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos, e, assim, suscetíveis de facilitar certas ‘reconversões’ (MATONTI; POUPEAU, 2006, p.130).

Sendo assim, o processo de aquisição do *capital militante* pode iniciar no âmbito familiar, mediante a socialização com valores e práticas relacionados às concepções de mundo, de política e de sociedade, que constituem a própria gênese de uma disposição para a intervenção na “realidade”. Essa *libido* para a ação política, no entanto, pode se desdobrar, se renovar, se redefinir nas diferentes fases biográficas, conjunturas e apostas dos agentes, como as atuações em movimentos de jovens vinculados à igreja, no movimento estudantil, partidário, sindical, etc. São as sucessivas inserções dos indivíduos que vão lhes permitir constituir seu *background* militante (saberes, vínculos, habilidades) passível de ser combinado com outros recursos (conforme os investimentos e escolhas específicos) e utilizado em diferentes domínios de atuação.

Para examinar as modalidades de intervenção priorizadas pelos agentes, tomando-as ao mesmo tempo como possibilidades de acúmulo e de ativação de capital militante, foram definidos três tipos preponderantes (que não são excludentes nem exclusivos). Trata-se da *contestação*, percebida como uma mobilização coletiva conjuntural e situacional em combate a um inimigo comum e com reivindicações compartilhadas (TARROW, 2003); do *militantismo*, que implica numa idéia de dedicação sistemática e rotinizada a uma “causa” ou “organização” específica, na qual os militantes investem e da qual tiram gratificações,

materiais ou simbólicas, que dão sentido à sua adesão (GAXIE; OFFERLÉ, 1985; GAXIE, 1977, 2005); e do *engajamento*, que é mais abrangente (muitas vezes é condição necessária para as anteriores), pois é concebido como uma “disposição ética” que faz da inserção na “realidade” (ou sua transformação) uma dimensão imprescindível da prática social, que é constantemente atualizada nos vários momentos, lugares e etapas de vida dos indivíduos (SAWICKI; BERLIVET, 1994).

Para a operacionalização das dimensões de análise privilegiadas, algumas variáveis foram imprescindíveis. Destacam-se as origens sociais e políticas dos agentes (entre os principais indicadores que foram testados estão a profissão e o grau de escolarização do pai, assim como os vínculos e a atuação política e partidária da família); os variados investimentos operados no decorrer dos itinerários (como o investimento em títulos escolares, em produção intelectual, em experiências militantes mais ou menos arriscadas, em atividades culturais, em atividades profissionais, em vínculos e contatos qualificados...); os lugares de inserção e os trajetos coletivos percorridos (“organizações”, “instâncias”, universidades, sindicatos, igrejas, partidos...); os repertórios de mobilização agilizados (com destaque para as discussões sobre as modalidades e instrumentos de luta mais eficazes para “derrubar a ditadura”, e/ou para a realização da “revolução socialista”, e/ou para a condução do “processo de redemocratização do país”, e/ou para a operacionalização da “participação popular”...); as justificações das tomadas de posição apresentadas (de bases afetivas e/ou ideológicas e/ou sociais...); as “conjunturas” e “eventos” históricos mais ou menos favoráveis à utilização de determinado de recursos e repertórios (golpe de 64, AI-5, greves, passeatas, eleições, implantação do pluripartidarismo...); bem como a combinação, sempre original, desses aspectos nas trajetórias heterogêneas e sua tradução em termos de referências compartilhadas, objetos disputados e destinos díspares.

No estudo mais amplo (REIS, 2007), o desdobramento desses eixos permitiu, num primeiro momento, abarcar o perfil geral dos militantes e constatar a gama de possibilidades de perfis e carreiras. Alguns dados se mostraram significativamente relevantes como as ocupações desempenhadas pelos pais, a ocupação dos próprios militantes, sua origem geográfica, a formação universitária e a produção intelectual. Os mesmos possibilitaram detectar a prevalência de indivíduos oriundos de uma extração social “intelectualizada”, com passagem pelos grandes municípios do estado (onde encontram-se as universidades) e que seguiram destinos profissionais passíveis de compatibilizar a continuidade do engajamento e/ou do militância. Destacam-se, ainda, a distribuição dos protagonistas nas diferentes “organizações clandestinas” no período de inaugural e a

consonância dessas inserções (e de outras tantas) com os posicionamentos assumidos e com as redes de relações estabelecidas, culminando nas escolhas partidárias no início da “redemocratização” e nos rearranjos subsequentes.

No que tange às condições conjunturais mais gerais de atuação, pode-se grifar alguns aspectos que interferiram nos desdobramentos das trajetórias percorridas. Mormente porque informam as circunstâncias de entrada na militância e, em consequência disso, as possíveis oportunidades de investimentos disponíveis para os militantes (“experiências de luta”, socialização política, formação intelectual...). Sem deixar de considerar que tais condições são os resultados inesperados e involuntários das ações interdependentes de indivíduos (incluindo os próprios militantes estreados) ligados por vínculos mútuos. Segue-se a idéia de que o caráter excepcional do período e o contraste com o posterior “amadurecimento da democracia” ofereceram significativos estoques de legitimação de códigos, vocabulários e etiquetas forjados, de alianças e rivalidades constituídas, assim como dos próprios agentes autorizados a se constituir como porta-vozes das “causas” legítimas nos momentos e movimentos subsequentes. Deste modo, a investigação buscou, em primeiro lugar, a relação dos trunfos acumulados e das identificações estabelecidas com outros recursos e troféus detidos e acumulados (origens sociais, investimentos escolares, redes de relações, guerrilhas, exílios...), e, em segundo lugar, atentou para a sua tradução em termos de posições e tomadas de posição concorrentes e interdependentes no “cenário público”.

Grosso modo, é possível caracterizar os anos 1960 como (de) marcados: pela deflagração do chamado “golpe militar de 1964”; pela formação de “grupos de resistência”; pela “pulverização” das “organizações clandestinas”; pelo fortalecimento da opção pela “luta armada”; pelo “recrudescimento do regime”; e pela ação dos “órgãos de segurança nacional” no sentido da extinção de “focos guerrilheiros” e de articulações esquerdistas por todo o país. Já nos anos 1970 existiam poucas e debilitadas “organizações da esquerda clandestina”. As intervenções da “repressão” (com prisões e torturas) eram mais localizadas e menos frequentes, os movimentos pela “ativação da sociedade civil” com vista à “redemocratização” criticavam os erros das iniciativas armadas e pregavam uma transformação pela “via institucional”. Ocorreu o fortalecimento do único partido de oposição consentido (o Movimento Democrático Brasileiro – MDB) como opção viável de “luta”.

No final da mesma década, a transição para a democracia vinha pautada pelos debates e pelos esforços visando à formação de partidos políticos capazes de aglutinar os projetos de sociedade forjados na “contestação ao regime mili-

tar”. A dinâmica de afirmação no jogo político institucional (notadamente a partir da atuação no MDB) foi paralela às sucessivas redefinições de fronteiras entre as diferentes alternativas de intervenção. Isto é, de distinções entre os próprios porta-vozes das gerações que “lutaram contra a ditadura”, buscando interpelar o público de esquerda em geral e conquistar adesões a seus projetos (partidários, sociais, ideológicos...) e, assim, conquistar ou manter-se na posição de porta-vozes das “causas democráticas”.

Com o transcorrer dos anos 1980, “amadureciam” os militantes e as próprias instituições políticas, os destinos sociais e profissionais já se apresentavam como relativamente “encaminhados”. Evidentemente, os movimentos e os deslocamentos operados refletiam os vínculos e as escolhas, os códigos e os sentidos, os repertórios e as práticas de intervenção legítimas construídas ao longo das trajetórias individuais e coletivas. Com efeito, evidenciou-se a configuração de uma dinâmica em que os agentes estavam simultaneamente unificados e em constante distinção. Quer dizer, eles compartilhavam das grandes temáticas que ainda pautam o repertório de preocupações legítimas e as modalidades consagradas de intervenção política, no entanto buscando distinguir-se pela competência no tratamento dessas questões e pela eficácia na sua concretização em múltiplos meios de engajamento e veículos de atuação militante. Por esse motivo, tanto as alianças como as divergências – geralmente lidas como “essencialmente” ideológicas ou partidárias – são fundadas em conteúdos variados e são apreendidas com o exame dos desdobramentos das suas trajetórias uns em relação aos outros.

A essas idéias coadunam-se as referências de Michel Offerlé:

[Sobre] a lógica de filiação às tendências estruturadas e às sub-empresas [como resultando] formalmente em marcas políticas [...] poucos estudos foram consagrados à formação de equipes homogeneizadas ideologicamente a posteriori. Companheiros de escola, amigos sindicais, grupos de gerações homogêneas, camaradagens regionais, afinidades sociais e éticas, acasos socialmente condicionados, estratégias de colocações controladas num certo estado de aglomeração do mercado, agregação de agentes marginais politicamente. Todos esses fatores deveriam ser sistematicamente testados para evitar a análise politicológica de tomar a competição a partir das ideologias proclamadas ou sob a forma de manipulações cínicas (1987, p. 65).

Os agentes analisados conseguiram legitimar seus recursos em diferentes domínios sociais devido fundamentalmente à constante atualização de práticas,

valores e relações (de oposição e similitude) estabelecidas durante o período inaugural de atuação. Portanto, a capitalização desses trunfos está associada à reinvenção da excepcionalidade das suas condições de estréia e ao conteúdo de heroísmo associado às formas de aquisição. Rendimento esse maximizado igualmente pela identificação do definhamento do “regime” como o marco de desencadeamento do processo de “redemocratização do país”, de emergência da “sociedade civil”, enfim, como o início de uma “era” de consolidação de valores “democráticos” e “universais”. Como observa Braud (1992), esses valores estão calcados no consenso sobre o convívio regrado e no reconhecimento mútuo que sedimentam e regem o arranjo democrático (estabilizadores dos conflitos), bem como na propagação de alternativas (reais ou imaginárias) perseguidas pelos agentes e resultantes de trabalhos de mobilização, incessantes e variados, de grupos e indivíduos (obstáculos à indiferença ou apatia). A intervenção num processo que teria levado a essa reconfiguração do modelo de sociedade indicaria, por sua vez, a reconfiguração dos próprios protagonistas capazes de consolidar esse novo arranjo.

Dentre os principais elementos que colaboraram para isso, tem-se a (re) afirmação das Ciências Humanas e Sociais como áreas de conhecimento e de intervenção. Fala-se da consolidação de tipos de saberes produzidos sobre a “sociedade” ou a “realidade” que estiveram, e não raro estão, predominantemente constituídos pelo registro da “transformação”. Por esse motivo, não somente grande parte da produção intelectual é marcada por esse “sentido de realismo” (PÉCAUT, 1990), como a própria definição dessas ciências e a instrumentalização dos seus produtos estão intimamente relacionadas à possibilidade de *descrever* e *prescrever* caminhos e alternativas mais ou menos “eficazes” para se chegar ao “melhor modelo”.

Esses elementos, então, compunham os repertórios de mobilização acionados pelos militantes examinados e contribuíram nas suas estratégias gerais e específicas de afirmação de uma “novidade política”. Nesse trabalho, ressaltam-se as tentativas de distanciamento das “velhas práticas” mediante a valorização das inserções e atuações nas “camadas”, “setores” ou “classes populares”. As categorias usadas para tanto também se constituíam em vínculos de identificação dos posicionamentos ditos de “esquerda” que reivindicavam.

A celebração de uma “tradição trabalhista” colaborava paradoxalmente nesse sentido. Era ativada para enfatizar tanto a necessidade de ruptura com determinadas práticas e discursos considerados “populistas” quanto para sublinhar o potencial de mobilização popular do estado evidenciado pelo trabalho das

lideranças vinculadas a essa “genealogia”⁵. Tais leituras e releituras do percurso e devir histórico eram fundamentadas no instrumental marxista (reforçado pelas formulações e interpretações oferecidas pelos intelectuais paulistas dentro do MDB sobre a ativação da “sociedade civil”) que, somado aos demais elementos referidos, compunham os eixos de um repertório de construção da valorização da “participação popular”.

Desse modo, a compreensão da dinâmica política contemporânea no Rio Grande do Sul passa pela consideração da origem de muitos dos objetos disputados e compartilhados, bem como dos movimentos orquestrados por lideranças que inauguraram sua atuação política numa conjuntura histórica específica. Nesse processo estabeleceram vínculos variados de fidelidades e rivalidades entre si, acumularam diferenciados recursos de luta e, com tudo isso, foram os responsáveis pela redefinição do *savoir-faire* e das questões políticas legítimas no estado.

3 A CENTRALIDADE DA “PARTICIPAÇÃO POPULAR”

O debate em torno da “participação popular” tomou maior evidência e sistematicidade entre as “lideranças gaúchas” que atuaram nos movimentos de contestação ao regime militar nas campanhas para vereador de 1976. Nessa eleição, confluíram os movimentos no sentido de afirmação de “jovens socialistas” estreados na arena de disputa eleitoral em contraposição aos políticos já estabelecidos no âmbito oposicionista.

O Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) do MDB⁶ organizou naquele ano uma espécie de curso para prefeitos e vereadores com base em um documento chamado “O MDB e a Ação Municipalista” que teve repercussão nacional. No mesmo eram apresentadas “teses” sobre “as eleições de novembro, os programas da oposição no poder municipal e a participação popular no governo das cidades”, conforme foi publicado no jornal *Movimento*, (20/06/76, p. 4-5). Uma semana depois (28/06/76, p.3) foi publicado no mesmo jornal o artigo de Miguel Bodea (economista, cientista social, tido como um dos principais intelectuais da “esquerda gaúcha” e então assessor do MDB na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul) intitulado “O que fazer nas prefeituras?”, escrevendo como membro do IEPES e reproduzindo as “teses do Instituto”.

Os temas contemplados no documento do IEPES e no texto de Bodea integravam o repertório de proposições da “juventude” e da “esquerda” emedebista do Rio Grande do Sul e de suas campanhas nas eleições de 1976. Entre as diretrizes para as futuras administrações constavam, como planos de ação, as

reivindicações de demandas junto às demais esferas (estadual e federal), a criação de estruturas administrativas adjetivadas de “eficientes” e “dispostas a efetuar mudanças sócio-econômicas em prol da comunidade local, em particular dos segmentos mais desfavorecidos da população”, e a “participação popular”.

No que diz respeito especificamente à “participação popular”, o texto do IEPES é incisivo, sustentando: “Uma das questões centrais que se coloca [...] é a criação e fortalecimento de mecanismos de efetiva participação popular nas administrações municipais opositoras, única instância do poder executivo à qual o MDB tem acesso nas atuais circunstâncias” (“O MDB e a Ação Municipalista”, 08/76, p. 121). Na seqüência, tal iniciativa é defendida e caracterizada como um “embrião” do modelo político, econômico e social proposto para o país e como propulsor da potencialidade da atuação da “sociedade civil”.

A propagação dessas temáticas no partido por meio desse documento, por um lado, explicitava as discussões travadas no interior da “intelectualidade” do MDB (reuniões do IEPES, dos “grupos”, de estudantes, etc.), por outro lado, abria um espaço para a construção de diferentes apropriações por parte dos agentes engajados nas mesmas questões. Em outros termos, é cabível afirmar que o trabalho de publicização das idéias junto “às bases” pela direção do partido fortaleceu as “teses”. Todavia, as generalidades das elaborações possibilitavam diferentes usos (mais ou menos radicalizados), cujo exercício de atribuição de significados permanece em curso até os dias atuais.

O conjunto de posicionamentos incidiu diretamente nas “plataformas” das “candidaturas jovens” em todo o Rio Grande do Sul e nas referências da “esquerda jovem” do partido no pleito de 1976. É o que se observa na campanha de Marcos Klassmann à vereança de Porto Alegre. Essa aglutinou as principais lideranças da “juventude” (Tarso Genro, Adelmo Genro Filho, Raul Pont, José Carlos de Oliveira, Pedro Bisch Neto, Cristiano Tatsch, Calino Pacheco, Carlos de Ré, entre muitos outros) naquele momento, que tinham diferentes “inspirações ideológicas” e inserções em “grupos”, e que posteriormente aderiram a distintas siglas partidárias ou tendências no interior de um mesmo partido. Ademais, realçava a preocupação com a ativação política das “massas” ou da “população” (dentre outras denominações) como significado de “politização”, o que se refletia, conseqüentemente, na exigência da “politização da política municipal”.

O panfleto de campanha apresentado por Marcos Klassmann (presidente do Setor Jovem Metropolitano, vereador eleito em 1976 e cassado em 1977, posteriormente militante do PDT até 2000 e do PT na seqüência, que ocupou diversos cargos políticos cujas nomeações foram possibilitadas pela biografia militante e

pelos vínculos político-partidários) foi resultado da elaboração conjunta das principais lideranças da “juventude” em Porto Alegre. Elas se uniram em torno daquela candidatura que representava o Setor Jovem Metropolitano da capital. Sendo assim, o material se constituiu como um veículo especialmente rico para auferir as sínteses dos elementos articulados no trabalho de fixação de um discurso que pretendia sedimentar o arcabouço de contribuições programáticas e temáticas da “juventude”. Enfim, a agenda de temas que compunha o programa informa identificações/exclusões que conformam o universo de proposições então defendidas.

Estruturado em sete pontos, o texto inicia com as “propostas de trabalho”, cujos eixos centrais eram a despersonalização da atividade política e a extrapolação do âmbito de intervenção da liderança, estabelecendo a idéia de “organicidade” do trabalho político junto às “bases”. Esse “vínculo orgânico” se opunha a uma prática identificada nos quadros do MDB e da qual almejavam se afastar, qual seja, aquela sintetizada pelo binômio “demagogia” e “populismo”. Reforçavam, então, o corte com o que consideravam os “velhos políticos tradicionais” (“adesistas” e “moderados” do MDB e trabalhistas populistas oriundos do antigo PTB), se apresentando como o pólo oposto da relação. Nessa linha, era na defesa dos chamados “interesses populares” que residia a definição do que seria a nova proposta do programa. Para tanto, descreveram um cenário de contrastes entre “periferia” e “bairros residenciais”. Situaram e inscreveram a cidade no “modelo do país” e por meio disso sustentavam a “participação popular na administração” e a politização de questões como saúde, educação, habitação e transporte, em detrimento de uma administração técnica e onde a participação política da população se daria unicamente por meio do voto.

Nas articulações posteriores, afinidades e vínculos desenhavam cada vez mais fortemente os antagonismos entre as lideranças estreates e isso, de certo modo, incidiu nas opções partidárias assumidas a partir de 1979.

No que tange às escolhas efetuadas com o pluripartidarismo e a relação entre perfis individuais e coletivos, foram constatadas regularidades significativas. Considerando o universo de militantes investigados (REIS, 2007), observou-se que, dentre as siglas (PMDB, PT e PDT), a menor frequência de adesões foi ao PDT e a maior procura foi pelo PMDB. E entre os extremos o PT, cuja principal característica seria a de ter sido basicamente constituído pelas lideranças estreates politicamente na “resistência à ditadura”.

A parcela dos militantes que aderiu ao PDT era composta em sua maioria por agentes com origens sociais mais baixas (quando comparados aos demais), com menor escolarização (o investimento na obtenção de títulos superiores mui-

tas vezes ocorrendo já na década de 1980) e com adesão às modalidades mais “arriscadas” de atuação política (guerrilhas, assaltos...) durante o regime militar. Tal posição social somada aos vínculos políticos familiares anteriores interferiram na aproximação dos militantes com os chamados “trabalhistas históricos” e na opção inicial pelo partido organizado em torno da liderança de Leonel Brizola.

Ao passo que entre aqueles que se aproximaram do PMDB predominavam as origens sociais situadas numa posição intermediária, com investimento escolar em áreas consideradas mais “técnicas” ou em carreiras profissionais capazes de instrumentalizar os títulos na “gestão pública”. Os mesmos tiveram participação mais destacada principalmente a partir de 1974 e em canais ligados ao MDB, tais como o IEPES, os Setores Jovens existentes em alguns municípios do Rio Grande do Sul e o Gabinete de Assessoria Superior (GAS) da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. O PMDB sofreu paulatinamente a perda dos seus quadros, principalmente em migrações para os partidos comunistas legalizados, para o PT (nos anos 1980) e para o PPS (em 2002).

Fidelidades entre os contemporâneos da “luta contra a ditadura” e conflitos geracionais que emergiram no âmbito do PDT e do PMDB acabaram repercutindo em “dissidências” tanto em direção ao próprio PT quanto para outros partidos mais favoráveis à formação e afirmação, sobretudo eleitoral, de novas lideranças.

Já aqueles militantes que investiram na “organização” ou “construção” do PT, tendem a possuir origens sociais mais altas, investimentos escolares com destaque para formação em ciências humanas – incluindo os cursos de letras, pedagogia e de economia associados às concepções marxistas – privilegiaram canais diversificados de inserção política, principalmente movimento estudantil, jornais, setores jovens do MDB, entre outros. Do mesmo modo, foram diversificados os destinos em termos de ocupação, mas, sobretudo, se inscrevem nos espaços universitários (como professores e/ou sindicalistas) e partidários (como detentores de cargos de confiança, cargos administrativos e/ou eleitorais). Tendo sido formado pelos próprios protagonistas daquelas “lutas”, o PT vinha, assim, com o perfil compatível àquelas gerações de “ativistas” e, principalmente, não contava com lideranças estabelecidas política e eleitoralmente, constituindo-se num espaço para ser disputado e conquistado por agentes que compartilhavam dos mesmos códigos e recursos de intervenção. Esses elementos indicam a atração do PT para militantes com perfis e “experiências” próximas que ingressaram inicialmente em outros partidos.

Uma oposição mais geral entre usos de profissões consideradas como mais “técnicas” ou mais “políticas” separa os agentes que escolheram o PMDB e o

PT como destino partidário, respectivamente. Essa classificação como “técnicas” de determinadas profissões utilizadas como trunfo de atuação política foi identificada também por Coradini (2006, p.283) ao analisar o uso das relações profissionais nas disputas eleitorais. Segundo ele, ocorre “uma espécie de dicotomia entre os aspectos ‘técnicos’ e os ‘políticos’, decorrentes de uma concepção própria de política, mas também de profissão. Sendo assim, há uma definição do exercício profissional calcado em aspectos técnicos, o que aponta para uma posição específica nas lutas [pela definição de determinadas profissões]”. Do mesmo modo, o autor ao examinar as relações entre escolarização e militanismos para ocupantes de cargos de primeiro escalão nos governos do estado do PMDB (1995-1998) e do PT (1999-2002), além de identificar a dicotomia explicitada acima entre profissões “técnicas” e “políticas”, aponta que tal distinção está correlacionada aos partidos. No primeiro caso, havia mais empresários, engenheiros e administradores, enquanto no segundo mais sociólogos e pedagogos, por exemplo. Do mesmo modo, no primeiro caso prevalecem carreiras que mesclam engajamento no movimento estudantil, ocupação de cargos públicos por cooptação e atuação em esferas profissionais, no segundo caso um amálgama de militatismo, uso das ciências sociais e ocupação de cargos públicos (CORADINI, 2002).

As constatações elencadas acima são pertinentes para entender alguns traços das formas de apropriação e implementação de projetos de “participação popular” no RS, em consonância com os perfis dos agentes que constituem ou integraram os principais partidos do estado. A demonstração dessas articulações é feita de forma mais precisa mediante a análise dos itinerários e posicionamentos de dois agentes na próxima seção.

Para o momento, cabe sublinhar ainda alguns elos possíveis entre os partidos e as “experiências” de “participação popular” que fomentam o debate. Alceu Collares (ex-vereador de Porto Alegre pelo PTB, várias vezes deputado federal pelo MDB, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul pelo PDT) reivindica ser o condutor das primeiras iniciativas de elaboração de “instrumentos para a consulta popular”. Seriam os “Conselhos Populares”, criados durante a sua gestão na prefeitura da capital (1986-1988), e os “Conselhos Regionais de Desenvolvimento” (Coredes), organizados durante sua administração no governo do estado (1991-1994). Com a vitória de Olívio Dutra do PT nas eleições que escolheram o sucessor de Alceu Collares na prefeitura de Porto Alegre, o Orçamento Participativo foi ativado com sucesso e adquiriu destaque nas quatro gestões consecutivas do Partido dos Trabalhadores. O que justificou em grande parte a realização em Porto Alegre das três primeiras edições do

Fórum Social Mundial (2001, 2002 e 2003), já durante o primeiro e único governo petista no estado, no qual Olívio Dutra era o governador. Em 2002, a vitória nas eleições para o governo do estado foi de Germano Rigotto do PMDB e, em 2004, José Fogaça do PPS (mas com uma carreira política consolidada a partir do PMDB sigla para qual retornou em 2007) se elegeu prefeito de Porto Alegre. No governo de Germano Rigotto, os Coredes foram reativados. Na gestão de Fogaça na prefeitura o OP foi incorporado ao Gabinete de Governança Local e Solidária. A partir de então, a “participação popular” assumiu outros elementos concebidos como “mais apropriados” e “inclusivos”, assim como os mecanismos anteriores passaram a ser apresentados como “limitados”, “insuficientes”, etc. Não foram, porém, rejeitados ou descartados, pois uma conduta desse tipo seria contraditória com o discurso da campanha vitoriosa que enfatizava a continuidade do OP e o seu aprimoramento.

4 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO x GOVERNANÇA LOCAL E SOLIDÁRIA: itinerários de lideranças e sentidos do engajamento

Para evidenciar e demonstrar os aspectos e as dimensões da pesquisa discutidos até então, optou-se pela análise das carreiras de agentes, tomando-as a partir das suas relações com outros militantes com os quais compartilham ou disputam uma diversidade de espaços, “experiências” e objetos. Com efeito, foi enfocada a dinâmica de vinculações e inserções, atentando para a conformação de lógicas de identificação que contemplam critérios sociais, pessoais e ideológicos de aproximação.

O uso da noção de *carreira* se justifica pela possibilidade de operacionalizar a análise dos diferentes momentos e tipos de atuação (profissional e militante) dos agentes, os domínios sociais nos quais se inscrevem, os recursos que acionam e as identificações que constituem e desfazem (SAWICKI, 2004; FILLIEULE, 2001, 2005; JUHEM, 2001). E, assim, entender como “as mesmas relações, os mesmos recursos, os mesmos símbolos ou representações adquirem significações específicas e a cada vez diferentes” no decorrer do tempo (GRIBAUDI, 1998), quais os critérios que definem essas rentabilidades e como se traduzem em posições ocupadas e sentidos compartilhados. Para tanto, vale examinar como “as oportunidades oferecidas [por determinadas] configurações políticas se articulam com os constrangimentos e os ritmos das trajetórias individuais” (JUHEM, 2001). Ou seja, o tratamento das *carreiras militantes* em relação às condições conjunturais correspondentes permite reconstituir processos de sucessão, ruptura e continuidade relativamente às formas consideradas legítimas de intervenção.

Mediante a análise das reconstruções biográficas que os próprios agentes produziram em depoimentos, são tomados dois itinerários (o de Ubiratan de Souza e o de César Busatto) que comportam uma série de semelhanças, inclusive no que diz respeito aos sentidos subjacentes às concepções de intervenção e à dependência em relação aos cargos ou postos políticos ocupados. Entretanto, há diferenças na articulação das bases sociais e das lógicas de identificação que orientam e justificam suas práticas militantes.

Filho de médios proprietários rurais, Ubiratan de Souza, ao apresentar a inserção partidária do pai, ressalta a idéia de que ele fora membro, assim como outros familiares, do “antigo” Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação que se caracterizaria pela “inserção social”, “anti-imperialista” e voltada para a “soberania nacional” e não uma “legenda de aluguel”, como seria atualmente. Além dessa “influência”, é destacada também a do irmão mais velho, que fora seu contemporâneo de movimento estudantil (presidente do centro acadêmico da faculdade de direito da UFRGS em 1968 e posteriormente deputado estadual).

Ubiratan de Souza teria se deslocado para Porto Alegre para concluir o 3.º ano do científico na escola Pio XII e, na suas palavras, fora essa a oportunidade de “aprofundar a militância e a literatura também”. Já havia um contato prévio com militantes do colégio Júlio de Castilhos, basicamente os membros do “grupo” chamado “brancaleones”. Tratava-se de um conjunto de estudantes secundaristas dissidentes do PCB que, posteriormente, veio a se constituir como base de apoio e como uma das interconexões fundadas em relações pessoais e ideológicas do casal Carlos Araújo (que fora deputado estadual e candidato a prefeito de Porto Alegre pelo PDT) e Dilma Rousseff (que ocupou secretarias do estado no governo de Alceu Collares do PDT e de Olívio Dutra do PT e atualmente é ministra-chefe da casa civil no governo de Luís Inácio Lula da Silva do PT).

Ubiratan também atuou na organização clandestina Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), inclusive participando do seu “campo de treinamento militar” no Vale da Ribeira, para onde foi em detrimento da faculdade de geologia, na qual acabava de ingressar em 1969. No retorno, foi preso, “trocado pelo embaixador Suíço” (seqüestrado com o objetivo de libertação de presos políticos) e “banido” para o Chile. Depois teria ido para Cuba fazer “treinamento”. De volta a Santiago (Chile), militou na “clandestinidade” sob a ditadura de Pinochet. Por fim, terminou o período de exílio em Cuba, lá residindo até o final de 1977.

Tendo morado naquele país e realizado viagens pela Europa (principalmente França), Ubiratan privilegia na sua reconstrução biográfica a ênfase no gosto pelas expressões culturais (literatura, cinema, teatro, etc.), a participação em

grupos de discussão do marxismo com a esposa chilena (igualmente militante) e as “experiências coletivas” da “realidade cubana”.

A idéia de “coletividade” aparece na descrição dos seus movimentos, sempre buscando demonstrar o apoio e a influência do mesmo círculo de amizades ao longo do tempo. Talvez beneficiado pelo fato de ter um irmão deputado estadual, um dos principais protagonistas gaúchos da reconstrução do PDT e reconhecido por pertencer à “ala de esquerda” do partido, o que, inclusive, se refletiu na maior aproximação do entrevistado com Carlos Araújo nos anos 1980, enquanto esteve filiado ao PDT.

Dentre os fatores decisivos no seu itinerário está o deslocamento para o PT no momento de ascensão dessa sigla e no momento de declínio do PDT (deslocamento feito por praticamente todos os membros dos “brancaleones”) e a administração de laços com contemporâneos da contestação ao “regime militar”. Formado em economia pela UFRGS, já no período de redemocratização, em 1990 começou a militar no núcleo dos economistas do PT. Em 1992, como coordenador desse núcleo, desenvolveu o programa de gestão e finanças públicas e, em 1993, foi convidado por Tarso Genro (que fora líder de um dos “grupos” de resistência à ditadura militar no estado) para ser o Secretário do Gabinete de Planejamento de Porto Alegre e, conseqüentemente, para coordenar o Orçamento Participativo na capital. Nesse cargo Ubiratan de Souza ficou até 1998 e, com a conquista do governo do estado pelo PT, coordenou o Gabinete de Planejamento do Orçamento Participativo (OP), de 1999 a 2002, no governo do Olívio Dutra. Nesse ano concorreu, sem sucesso, à deputação estadual, amparado pela coordenação do Orçamento Participativo.

A partir de então passou a atuar como assessor do deputado estadual e ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont. Vinculou-se também à tendência do PT denominada “Democracia Socialista”, que tem como um dos seus fundadores e principais líderes o próprio Raul Pont (que fora militante do Partido Operário Comunista, do IEPES, do Setor Jovem e da Tendência Socialista do MDB).

Como se vê, a migração para o PT, a atualização de vínculos com antigas lideranças da contestação ao regime militar e o investimento na obtenção de um título escolar de economista, associados à biografia militante, permitiram a conquista de uma posição destacada na hierarquia de cargos disponíveis para os militantes.

Ubiratan de Souza acabou se constituindo como um dos principais porta-vozes da “causa” ou “bandeira” da “participação popular”, viabilizada pelo Orçamento Participativo (OP). Publicou desde artigos de circulação interna ao partido, até matérias em jornais internacionais (principalmente por ocasião dos

Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre). Como já foi mencionado, produziu um livro sobre o OP em co-autoria com Tarso Genro, intitulado “Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre”.

Para finalizar, cabem dois registros: um que aponta para a escolha da formação universitária concebida como parte de uma “vocação” para intervenção e o outro que informa o elo que procura estabelecer entre as condições inaugurais de militância e o significado atribuído ao OP:

[...] Porque pela minha militância política e pelo estudo do Marx, do Capital, a economia política para mim interessava. Essa era a minha vocação mesmo [...]. (entrevista com Ubiratan de Souza)

[...] Esse é o grande avanço de uma experiência de esquerda que estava só na clandestinidade (que não tinha liberdade nem de organização) chegar à plenitude do processo democrático com a luta das diretas. A eleição para presidente, eleição para governador, para prefeito de capitais e, depois, ser protagonista de uma experiência que vai além da democracia representativa, a democracia direta. E a democracia direta ela cria também um tensionamento para qualificação da democracia representativa. (idem)

Em um texto escrito por Ubiratan de Souza com o objetivo manifesto de propagar os “ensinamentos”, “princípios” e possibilidades de “avanços” desse modelo de “gestão participativa”, o OP é apresentado como uma “experiência revolucionária” e um “instrumento privilegiado de distribuição de renda pública, da democratização da gestão do Estado e de construção da cidadania”. Os fragmentos abaixo permitem cotejar (comparando àqueles que serão apresentados no próximo caso) as diferentes formas de apresentar os mecanismos de “participação popular”.

Sobre o significado para a “esquerda” e para o “socialismo” enfatiza:

O OP é um processo de democracia direta, voluntária e universal, onde a população pode discutir e decidir sobre o orçamento público e as políticas públicas. O cidadão não encerra sua participação no ato de votar na escolha do executivo e do parlamento, mas vai muito além, decidindo e controlando a gestão pública. (...) A nossa experiência do OP, também, aponta o caminho para a superação, de maneira contemporânea, da crise do socialismo burocrático, respondendo de maneira criativa e original à principal questão política da decadência e da

derrocada do Leste Europeu, ou seja, a relação autocrática do estado com a sociedade (SOUZA, 2003).

E sobre a base legal que garantiria a “vontade política e autonomia”, sublinha que:

O orçamento público está previsto nas Constituições federal (Art. 165, III) e Estadual – RS (Art. 149, III) e nas leis orgânicas municipais como uma lei de iniciativa do executivo. Também, a Constituição Federal em seu artigo 1º, parágrafo único, diz – “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes ou diretamente, nos termos desta Constituição” e no artigo 5º, inciso XVI, estabelece o ‘direito de reunião’ e inciso XXXIV o ‘direito de petição ao Poderes Públicos’ do povo brasileiro. Ademais, a nova Lei de Responsabilidade Fiscal (maio/2000), no parágrafo único do art. 48 diz: ‘A transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos (SOUZA, 2003).

Natural de Veranópolis, César Busatto nasceu em 1952 numa família de origem italiana (identidade étnica por ele acentuada). Filho de uma professora primária e de um comerciante que, mesmo sem ter tido nenhuma circulação partidária, teria sido “uma pessoa sensível para as questões sociais e muito preocupado com a coletividade”, características que seriam atestadas pela participação na organização de uma cooperativa (Cooperativa dos Funcionários Públicos e Bancários de Veranópolis Ltda). Não tinha o 1º grau completo, mas César Busatto afirma que o pai “era um autodidata, comerciante, fazia bem os cálculos, a matemática...”.

Essas teriam sido as grandes influências para o início do seu engajamento ainda na escola primária, tendo sido representante de turma e presidente do grêmio estudantil. Participou de congressos de estudantes secundaristas organizados pela União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas e da direção da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Veranópolis. Devido à inexistência de curso científico naquele município, em 1966 foi estudar em Caxias do Sul e, novamente, atuou no grêmio estudantil como vice-presidente. Seguindo as diretrizes da igreja católica, em Caxias do Sul aderiu à Juventude Estudantil Católica (JEC) e pertenceu ao movimento de jovens chamado “Unindo Gente”, cujas atividades variadas, segundo ele, visavam “envolver as crianças pobres dentro do espírito, assim cristão, mas um cristão engajado, um cristão comprometido com os pobres”.

Deslocou-se para os Estados Unidos em 1969, aos 17 anos de idade, para concluir o 3º ano científico naquele país, graças a uma bolsa de estudos ganha em um curso de inglês realizado. Ressalta que nesse momento teria sido influenciado pelo movimento negro e teria buscado saber sobre seus líderes e “lutas”. Na volta ao Rio Grande do Sul, realizou um curso pré-vestibular específico para economia. A escolha por essa formação teria sido orientada pelas informações passadas pelo irmão, inscrito nessa graduação, e porque essa seria a área de conhecimento que o possibilitaria “decifrar as equações do mundo”.

Em 1970 entrou para a universidade, onde contribuiu para a constituição do Centro de Estudos de Economia Política. Atuou ainda no diretório de estudantes, chegando a ser presidente entre 1972 e 1973, bem como colaborou na produção de cadernos destinados à divulgação de textos de economistas marxistas. Essas publicações convergiam com as atividades promovidas pelo Instituto de Estudo Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) do MDB, o que oportunizou sua aproximação com lideranças ligadas ao então deputado Pedro Simon (hoje senador).

Concluída a universidade e trabalhando na Fundação de Economia e Estatística (FEE), em 1976 foi fazer seu mestrado no México. Escolheu a Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM) por ter informações de que nessa instituição estudaria os quatro volumes do Capital e todo o pensamento econômico marxista. Naquele país, participou de um grupo de estudos sobre o marxismo e se engajou no movimento pela anistia. Afora isso, também passou a atuar nas ações do MR8 (movimento Revolucionário 8 de outubro) e colaborou na revista “Brasil Socialista” e na edição dos “Cadernos Proletários”. Nesse período, iniciou a relação com sua atual esposa (então assistente social fazendo mestrado em sociologia política na UNAM e hoje vereadora de Porto Alegre pelo PPS, licenciada para ocupar o Gabinete de Governança Solidária e Local da prefeitura de Porto Alegre, substituindo o próprio César Busatto).

Em 1979, voltou para o Brasil e, no Rio Grande do Sul, trabalhou na assessoria econômica do MDB até 1985, como assessor nos gabinetes dos deputados José Fogaça e César Schirmer. Atuou também como professor de economia na Universidade Vale do Vale dos Sinos (Unisinos) entre 1980 e 1985. Ao mesmo tempo (de 1979 a 1985), foi um dos principais dirigentes políticos do MR8 no estado e participou do movimento sindical e o movimento comunitário, através das associações de moradores.

Na metade dos anos 1980, se deslocou para Brasília com vistas a trabalhar na chefia adjunta do gabinete de Pedro Simon, então Ministro da Agricultura. Com a vitória desse último nas eleições para o governo do Rio Grande do Sul, em 1986, foi nomeado chefe da junta de programação financeira, chegando, mais

tarde, a Secretário Adjunto da Fazenda e depois a Secretário na mesma “pasta”. O término do governo, em 1990, coincidiu com o sucesso adquirido no concurso prestado para auditor da Secretaria da Fazenda, cargo que ocupou até 1994. Nesse ano, elegeu-se deputado estadual e, em 1995, assumiu como secretário da fazenda de Antônio Britto (governador eleito pelo PMDB).

A não reeleição desse último em 1998 teria sido um dos elementos deflagradores da crise instalada no PMDB que resultou, depois de uma derrota em Convenção Estadual, na ruptura do “grupo” constituído em torno do ex-governador Antônio Britto e que tem em Busatto uma das principais lideranças. Assim sendo, em 2001, os membros do “grupo” filiaram-se ao PPS e buscaram conquistar novamente o governo estadual em 2002, mas foram derrotados justamente pelo candidato do PMDB, Germano Rigotto. Nesse ano, Busatto conseguiu reeleger-se deputado estadual. Em 2004, José Fogaça, membro da citada facção, concorreu e foi vitorioso na disputa pela prefeitura da capital pelo PPS. Busatto passou, então, a compor o seu governo como diretor do Gabinete de Governança Local, órgão administrador das questões relacionadas à gestão do que seria o substituto do Orçamento Participativo, associado aos governos anteriores do PT. Nesse cargo assumiu a incumbência de dar um novo formato à questão da “participação popular”, reivindicando que a “paternidade” da “bandeira” pertenceria ao MDB e ao IEPES. Logo, inscrevendo-se no histórico local de edificação da “proposta” e da “experiência” no estado para disputar como deveria ser conduzida.

Em síntese, César Busatto é proveniente do interior do estado, de uma “área rural” e marcada pela imigração italiana e pela afirmação econômica. Investiu na sua militância (atuação nos movimentos estudantis secundaristas e católicos) e nos estudos. Na universidade, continuou atuando nos marcos do movimento estudantil (não foi preso, torturado ou perseguido) e pôde concluir o curso de economia no prazo previsto. A gama de recursos que ele conseguiu reunir com estudo e militância e, principalmente, os círculos de relações que construiu foram reconvertidos na ocupação de cargos administrativos. O conjunto das “aptidões” reunidas conformou sua base de sustentação na disputa eleitoral ao qual, recentemente, está re-incorporando princípios católicos de legitimação das modalidades de intervenção adotadas.

Com a conquista da prefeitura de Porto Alegre por parte do PPS, via a eleição de José Fogaça (que acionou a continuidade e a reformulação do OP como “bandeira de campanha”), César Busatto, a partir da direção do Gabinete de Governança Local, passou a participar dos embates acerca da definição, implementação e condução das “experiências de participação popular”. Para

tanto, como seus contemporâneos de contestação ao regime militar, aliou ocupação de cargos políticos e “produção intelectual” por meio de um livro, “Democracia, Prosperidade e Responsabilidade Social”, e de artigos em jornais.

Os fragmentos da entrevista selecionados abaixo se referem à influência para a escolha do curso universitário e a atual perspectiva de militância que se relaciona com o posto ocupado:

(...) Eu já tinha idéia. Já era bastante politizado pra época... que a economia ia me ajudar a decifrar as equações do mundo, para transformar o mundo. Eu tinha essa visão de que era pela economia. Já uma influência um pouco do marxismo, influência das minhas leituras da época... que era pela economia. Que conhecer os fenômenos econômicos, as veias econômicas, seria a maneira de você transformar o mundo. Isso também me influenciou (Entrevista com César Busatto).

O resultado do meu pensamento é depois da crise da esquerda marxista-leninista. Depois da inexperience de luta democrática e a persistência até hoje das grandes contradições da desigualdade, da exclusão, etc. Eu acabei evoluindo para um pensamento: me associar aos valores mais profundos da humanidade, que realmente tem a ver muito com a minha origem cristã, lá de Veranópolis. Mas não de um cristianismo oficial, burocrático, e sim dos valores mais profundos realmente do cristianismo. Que no fundo, no fundo, são os valores mais profundos de uma visão de esquerda plural, quer dizer, a igualdade, a fraternidade, a solidariedade, a paz, a justiça, a dignidade humana. Quando se formula a idéia da Governança Solidária, no fundo, a gente está exatamente tentando, vamos dizer, elaborar um governo de estado que rompa com a lógica da disputa de classes e comece a desenvolver uma visão de solidariedade, de cooperação, na qual todos tem algo a dizer (Idem).

Na definição de “Governança Solidária Local” dada em texto de sua autoria, observa-se o uso de outros termos, situando-a em movimentos mais amplos e englobadores, posicionando o OP como uma das várias etapas, ainda não suficientemente amadurecida, desse processo de afirmação:

A Governança Solidária Local é uma rede social intersetorial e multidisciplinar que se organiza territorialmente para promover espaços de convivência capazes de potencializar a cultura

da solidariedade e cooperação entre governo e sociedade local. Seu objetivo é estimular parcerias baseadas nos princípios da participação, autonomia, transversalidade e na co-responsabilidade em favor do desenvolvimento local e da inclusão social (<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgf/>).

E sobre a sua “constituição e finalidades”, ressalta-se:

A Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL) faz parte do novo modelo de gestão adotado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre que tem como visão estratégica ser referência em qualidade de vida, construindo um ambiente sustentável e participativo, garantindo a pluralidade, por meio da Governança Solidária Local. Sua estrutura organizacional foi estabelecida através da Lei nº 9.693, de 29 de dezembro de 2004, e pelo Decreto nº 14.818 de 27 de janeiro de 2005 tendo como finalidades, no âmbito do Executivo Municipal: I – A articulação e coordenação política interna e externa. II – A implementação do Programa de Governança Solidária Local. III – A preservação e o aprimoramento do Orçamento Participativo e outras formas de gestão participativa. IV – A Articulação com os Conselhos Municipais (Idem).

Com base nos fragmentos destacados nos dois itinerários apresentados, é preciso grifar a convergência entre os perfis traçados com as elaborações que os agentes oferecem para apresentar e justificar os “modelos de gestão” da “participação popular” defendidos. Esses, por sua vez, estão igualmente em sintonia, como não poderia deixar de ser, com os perfis e projetos partidários que representam. Sendo assim, é interessante observar, por um lado, a coerência com que os “conteúdos” das elaborações, as gêneses dos referenciais ou visões de mundo (comunismo *versus* cristianismo), os posicionamentos no espectro forças políticas ideológicas (PT *versus* PMDB/PPS) e, conseqüentemente, os princípios que regem suas concepções de intervenção (expressas aqui na definição de Orçamento Participativo *versus* a definição de Governança Solidária) os colocam em pontos opostos no campo de luta (ou *sistema de desvio*) no qual estão inseridos. Por outro lado, contudo, é preciso também sublinhar as lógicas semelhantes utilizadas nas tomadas de posição.

Como foi possível observar, os casos comportam alguns elementos convergentes. Entre eles: a formação em economia, ligada aos pressupostos “marxistas” e relacionada às formas de elaboração e apreensão da “realidade” segundo

os parâmetros fornecidos pelas ciências humanas e sociais; a crença no mecanismo da “participação popular” como antídoto à crise do marxismo, do leninismo, da esquerda, etc; a participação em diferentes espaços e modalidades de atuação militante durante os anos 1960 e 1970; a circulação internacional e os casamentos nesse período (com mulheres também militantes); a fidelidade aos vínculos estabelecidos ao longo do tempo, com poucos deslocamentos (migrações partidárias) e esses quando ocorrem sendo caracterizados como “decisões de grupo”.

Principalmente, é preciso frisar a semelhança encontrada nos dois itinerários relativamente ao sentido de “missão” que guia os agentes e o caráter híbrido dos mesmos, uma vez que combinam propriedades características de tipos de carreiras diferentes⁷. Observou-se a combinação de uma idéia de “abnegação” em nome das “causas” (geralmente presente entre aqueles que seguem carreiras de cargos políticos não eletivos possibilitados pela militância) com a idéia de valorização de uma “capacidade de formulação” que aparece como vinculada ao domínio de um “instrumental teórico” aplicado à “realidade” (comumente encontrada entre aqueles que investem em carreiras universitárias “abonadas” pelo acúmulo de títulos escolares). Constatou-se, ainda, a existência de empreendimentos visando a “representação política” (marcante para aqueles dedicados às carreiras políticas e eleitorais) e, sobretudo, para ambos, as posições atualmente ocupadas estão legitimadas pela habilidade associada a eles no “planejamento” e “gestão” de determinadas questões “políticas” (característica dos agentes que se especializaram em carreiras de cargos político-administrativos de primeiro e segundo escalões por intermédio de nomeações). Por fim, como foi dito, ambos os agentes comungam do fato de serem identificados e reivindicarem a condição de implementadores e porta-vozes de “modelos” de “gestão” da “participação popular”.

É preciso sublinhar os aspectos que distanciam significativamente os agentes: a influência política versus a influência religiosa dos ascendentes; o tipo de militância priorizada durante os anos inaugurais (“luta armada”, “clandestinidade”, guerrilha ou instâncias do MDB como o IEPES, o GAS e o Setor Jovem); os investimentos na aquisição de títulos escolares (já na década de oitenta ou ainda durante o “regime militar”); o grau de adesão às organizações e à contestação ao regime militar (submetido a prisões, exílios, etc. ou atuação nos marcos da legalidade). Esse conjunto de elementos, evidentemente, resultou em trajetórias heterogêneas, em destinos sociais díspares, posições políticas relativamente contrastantes e nas formas de conceber e conduzir a “gestão da participação popular”.

As considerações feitas sobre esse último aspecto revelam a confluência dos sentidos conferidos à “participação popular” e à operacionalização da mes-

ma com os perfis individuais e das organizações (clandestinas e partidárias) nas quais os agentes se inscreveram. No primeiro caso, evidencia-se a atualização dos “ideários socialistas” (que mobilizaram “jovens militantes” para a “luta armada” via “organizações clandestinas” no Brasil e em outros países) por intermédio da idéia de “democracia direta”, da crítica ao “burocratismo das instituições”, incrementadas agora pelas “garantias constitucionais” conquistadas no processo redemocratização, que seria obra dos “heróis da resistência”. No segundo caso, desvela-se o “ideário de justiça social” associando-o à capacidade de mesclar catolicismo e marxismo (duas influências no itinerário do protagonista), autonomia e solidariedade, institucionalização da democracia (fruto do trabalho militante em instituições como o MDB, o IEPES...) e do apelo ao cosmopolitismo e universalismo do discursos dos chamados *experts* da economia.

Para finalizar, é preciso igualmente deixar grifado que as propriedades sociais, os movimentos e apostas dos agentes se refletem nas inscrições em organizações (formais ou informais) e também nas formas de fundamentar os discursos em torno de temáticas comuns, como é o caso da “participação popular”, que se fixa como valor compartilhado via disputas entre Orçamento Participativo e Governança Solidária. Nesse caso, cumpre destacar as concepções contrastantes entre as forças políticas em oposição no estado. De um lado, um modelo fundado na discussão do orçamento público, no caráter decisional e no aprofundamento dos mecanismos de participação (como resposta aos limites da democracia representativa), e, de outro lado, uma alternativa alicerçada em valores como solidariedade, cooperação e parceria decorrentes do “compartilhar de espaços de convivência” (ênfase na territorialidade ou na posição no espaço geográfico).

ABSTRACT

This article is centered on the process of construction of the idea of ‘popular participation’ in ‘public management’ in Rio Grande do Sul as a ‘legitimate cause’. The focus is on the battles fought around definition of models of effecting ‘projects’ which compete within the state, like the ‘Participative Budget’ and ‘Solidarity Governance’. To this end the repertoires of mobilization are analyzed, also the privileged spaces of insertion and the individual and collective profiles of the agents who inaugurate their political activity in the movements which contested the military regime. In the first place the existence of compatibility between the resources and the origin of the militants is evident, the triumphs and trophies accumulated throughout their itineraries, the

identifications that establish at the beginning of actuation and translation of this capital into social and political positions. In second place it is detected that those properties are also redundant in taking the position assumed about meanings and objects that are shared/disputed. Finally, the group of aspects examined which point towards clues about the dynamics of reconfiguration of modalities of political intervention in the state.

Keywords: Military engagement. Popular participation. Political intervention. Redemocratization

NOTAS

1 Ao longo do artigo são utilizadas aspas nas expressões nativas que se constituem em categorias de identificação e luta, assim como em expressões genéricas e carregadas de teor normativo consagradas no senso comum acadêmico que se apresentam mais como obstáculos para pensar o período do que em instrumentos para compreendê-lo. Para uma discussão mais detalhada, ver Reis (2007).

2 As principais fontes de dados utilizadas foram os textos produzidos pelas instâncias de atuação durante os anos sessenta e setenta (sobretudo panfletos, documentos e jornais caracterizados como de imprensa alternativa); fichas e relatórios feitos pelos chamados órgãos de segurança do governo (coletados junto ao Memorial da Luta contra a Ditadura do Rio Grande do Sul); e, especialmente, 62 entrevistas em profundidade realizadas com ativistas da “luta contra a ditadura” que, posteriormente, passaram a militar ou a desenvolver seus engajamentos em diversos domínios, principalmente partidários, burocráticos e universitários.

3 O termo *trunfo* é utilizado para designar recursos que são ativados como instrumentos de luta e critérios de distinção, ao passo que a expressão *troféu* diz respeito àqueles elementos biográficos considerados excepcionais e igualmente distintivos entre os agentes.

4 A noção *dinâmica órfã* foi utilizada por Badie e Hermet (1993) para descrever, nos marcos de uma sociologia histórica, a especificidade da dinâmica ocidental e o sucesso das estratégias universalistas ou de universalização do modelo europeu, que acaba historicamente se firmando como *centro* de produção ao qual recorrem importadores provenientes de países *periféricos*. Esses interessados em “aperfeiçoar”, “modernizar”, “mundializar” ou *re-inventar* instituições, valores, posições, etc., *de* ou *em* seus países de origem, buscam redefinir o que se joga nas suas fronteiras. Assim, o processo de ocidentalização remete à afirmação dos modelos centrais como ponto de referência, como fontes de ideais, aos quais as dinâmicas órfãs não conseguem fugir. Para uma discussão em torno dos efeitos de uma situação desse tipo nos critérios de recrutamento e afirmação de elites políticas e culturais na *periferia*, ver Coradini (2003).

5 Para mais detalhes, ver Reis (2001) e Grill (2003).

6 Nesse espaço de debates e formação política no único partido de oposição “legal” reuniram-se perfis diversificados. Entre os quais, ex-militantes do movimento estudantil e de organizações clandestinas, professores universitários e estudantes dos cursos ligados às “áreas de humanas”, novas lideranças dos Setores Jovens do MDB, etc. compoem o que passou a ser chamado de “uma universidade política” e de um “guarda-chuva institucional” para os “ativistas” (REIS, 2001).

7 No estudo mais amplo (REIS, 2007) foram detectados quatro padrões de carreiras: “especialização militante”, “especialização técnico-administrativa”, “especialização político-eleitoral” e “especialização universitária” que comportam concepções específicas de missão e compatíveis uma matriz comum de valorização das práticas de intervenção política.

REFERÊNCIAS

- BADIE, B.; HERMET, G. Las dinámicas huérfanas. In: BADIE, B.; HERMET, G. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 180-212.
- BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p.163-207.
- _____. Le Capital Social. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, 1980. p. 2-3.
- BRAUD, P. **Le jardin des délices démocratiques**. Paris: Presses de la Fondation nationale des Sciences Sociales, 1991.
- CORADINI, O. L. Relações profissionais e disputas eleitorais. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. **Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2006. p. 267-297.
- CORADINI, O. L. As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920 – 1960). **Estudos Históricos**, n.32, Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/355.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2006.
- _____. Escolarização, militância e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002. p. 103-153.
- FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l’engagement individuel. Post Scriptum. **RFSP**, v. 51, n. 1-2, fév./avr., 2001. p.199-217.
- _____. Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions. In: FILLIEULE, Olivier (Org.). **Les désengagement militant**. Paris: Belin, 2005. p. 17-47.
- GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUN, P. (Dir.). **Les élites socialistes au pouvoir**. Paris: PUF, 1985. p.105-138.
- _____. Économie des Partis et Rétributions du Militantisme. **Revue Française de Science Politique**, v. 27, n. 2, fev, 1977.
- _____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective. **Swiss Political Science Review**. v.11, n.1, 2005. p. 157-188.
- GRIBAUDI, M. Avant-Propos. Réseaux egocentrés et inscriptions sociales: continuités et discontinuités dans les formes de structuration de l’espace parisien. In: GRIBAUDI, M.. **Espaces, temporalités, stratifications: exercices sur les réseaux sociaux**. Paris: Éditions de EHESS, 1998.
- GRILL, I. G. **Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**.

Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003.

JUHEM, P. Entreprendre em politique de l'extrême gauche au PS. La professionnalisation politique des fondateurs de SOS-Racisme. In: **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1-2, fév./avr., 2001.

LANDÉ, C.H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S.W. et alli.(Eds.). **Friends, Followers and Factions**. A Reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. O capital militante. Uma tentativa de definição. Tradução: Maurício Rombaldi. **Plural**, Revista do curso de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, n. 13, p. 127 – 133, 2º semestre, 2006.

OFFERLÉ, M. **Les Partis Politiques**. Paris: PUF, 1987.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, E. T. dos. **Juventude, intelectualidade e política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB gaúcho dos anos 70**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

_____. **Contestação, Engajamento e Militantismo: da 'luta contra a ditadura' à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SAWICKI, F.; BERLIVET, L. La foi dans l'engagement. Les militants syndicalistes CFTC de Bretagne dans l'après-guerre. **Politix**, n. 27, 1994.

SAWICKI, F. Les temps de l'engagement. À propos de l'institutionnalisation d'une association de defense de l'environnement. In: **La Politisation**. Paris: Belin, 2004. p. 123-146.

Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/>. acesso: jan. 2003.

SOUZA, Ubiratan de. **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – EXPERIÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**. Disponível em: http://www.partehartuz.org/textos_programas_03-04/ubiratan.pdf . acesso: jan. 2003.

TARROW, S. 2004. La contestation Transnational. In: **Cultures & Conflits. Sociologie Politique de l'Internationale**. Disponível em : <<http://www.conflits.org>>. Acesso em: 26 nov. 2004.

Fontes Citadas

Jornal semanário “*Movimento*” de 20 de junho de 1976, p. 4-5.

Jornal semanário “*Movimento*” de 28 de junho de 1976, p. 3.

“O MDB e a Ação Municipalista”: 1º Seminário para candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. MDB-IEPES/RS (28 e 29/8/1976).

Entrevista com Ubiratan de Souza

Entrevista como César Busatto